



ppri4.org



ppri.partido

DEPOIS DO ZERO DE REAJUSTE, É PRECISO ORGANIZAR O FUNCIONALISMO FEDERAL PARA A GREVE

Após seis reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente, os dois fóruns que representam os servidores federais, FONASEFE e FONACATE, receberam como proposta do governo, para atender nossas reivindicações, apenas promessas de reajuste de auxílios (que não atingem os aposentados), e o parcelamento de 9% de recomposição salarial para 2025 e 2026 (4,5% + 4,5%).

Sem luta, sem mobilização nas bases, apenas na “esperança” de que esse governo seria diferente do anterior, as direções políticas dos sindicatos do funcionalismo, incluindo aí a do ANDES-SN, nosso sindicato, não organizaram a luta, não prepararam as mobilizações de rua, e não começaram a construir a greve do setor. Sabendo disso, o governo enrolou as direções durante o ano inteiro; direções que apenas se “lamentavam” e se “decepcionavam” com o governo que ajudaram a eleger. A luta por reajuste salarial e por direitos não pode, no entanto, ser feita de “lamentos” e “expectativas” quanto à “generosidade” do patrão. Trata-se de interesses opostos: a dos trabalhadores, que precisam defender suas condições de vida e de trabalho, contra o patrão, nesse caso, o governo, que quer reduzir os gastos com a folha de pagamento. Isso, aliás, era claro, desde o começo do ano, quando o governo

se negou a arquivar a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, e quando se empenhou em aprovar o novo regime fiscal, o “Arcabouço fiscal”, uma lei de responsabilidade fiscal mais dura que a de Temer, a Lei do Teto. As direções políticas, porque apoiaram e acreditaram em mais esse governo burguês, não organizaram a Campanha Salarial no interior das bases do funcionalismo. Agora, precisam correr atrás, para não exibirem a traição aos nossos interesses.

Por isso, algumas direções de sindicatos já estão apontando a greve para este ano de 2024. O Sinasefe, que reúne a maior parte dos trabalhadores das IFs, aprovou a construção da greve, rejeitando o congelamento salarial. A FASUBRA, que representa os técnico-administrativos em educação, também aprovou, em dezembro, o estado de greve. A FENASPS, que tem a base nos trabalhadores do INSS, também está apontando greve para o primeiro semestre de 2024.

É provável que a direção do ANDES-SN aguarde a realização do 42º Congresso para oficializar uma posição em torno da greve da categoria docente. O problema é que o congresso ocorrerá apenas no final de fevereiro, e é necessário iniciar a pressão sobre o governo, por meio da construção e aprovação da greve já em janeiro, quando outras categorias já iniciaram a sua mobilização. Mesmo

que nem todas as universidades federais estejam com o mesmo calendário letivo, de modo que algumas ainda estarão em recesso, é importante já apontar para as demais categorias do funcionalismo, e para o próprio governo, nossa disposição de luta, de enfrentamento a mais este congelamento salarial que o governo Lula/Alckmin quer nos impor. Precisamos defender nossos salários e o próprio serviço público, atacado pelas políticas pró-capital financeiro de mais este governo burguês. Contra a política de arrocho e destruição dos serviços públicos, defendemos a greve de cada categoria e de todo o funcionalismo federal, o qual pode, inclusive, impulsionar a luta de todo o funcionalismo público do país, que também sofre, nas cidades e nos estados, com a mesma política de congelamento salarial e retirada de direitos.

***Convocar as assembleias
presenciais, de base, e
aprovar a GREVE nas
universidades federais!
Impulsionar a greve
geral do funcionalismo
por meio da greve da
categoria, em unidade com
técnicos e estudantes das
universidades!*** ■

MAIS DIREITOS ATACADOS E MENOS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Como todo governo, este apresentou mais um ataque contra a organização dos trabalhadores. Em 20 de dezembro, o Executivo lançou a Instrução Normativa SRT/MGI nº 49, que orienta que o sistema de pessoal civil da Administração Federal (SIPEC) contabilize as faltas a partir de qualquer paralisação. Ou seja, o desconto que não era compulsório passará a ser, independente do movimento. E estabelece prazo de 72 horas para que seja comunicado o início de um movimento grevista, aumentando o prazo, que era de 48 horas, antes.

A Instrução apareceu casada à aprovação da LOA de 2024, que diminui os recursos para as universidades federais. Na proposta original, as universidades

receberiam R\$ 6.268.186.880,00; com as modificações no Congresso, o valor chegou a R\$ 5.957.807.724,00; cerca de R\$ 310 milhões a menos, mesmo valor de 2012, segundo a Andifes. A CAPES, que paga bolsas de estudo, também sofreu cortes de cerca de R\$ 40 milhões, o que deve impactar em seus programas.

Segundo a Associação dos Dirigentes das universidades, seria necessário R\$ 2,5 bi a mais para o funcionamento das universidades em 2024, para não afetar serviços como água, luz e limpeza no interior dos campus universitários.

A intenção do governo com essas medidas é amedrontar as categorias do funcionalismo federal e, sobretudo, das universidades que contam com

uma tradição de luta no funcionalismo federal, de modo que não se realizem paralisações e greve, para lutar contra o congelamento salarial, os cortes orçamentários e a contrarreforma administrativa, cujo debate deve avançar no presente ano. A Instrução Normativa é uma medida repressiva que já pretende salvar o governo de qualquer luta que os trabalhadores realizem. Precisa ser derrotada, na prática, com a organização das paralisações e da greve. Não podemos deixar avançar as legislações que atacam o direito de organização e de luta dos trabalhadores, em uma fase em que as contrarreformas continuam vigentes e devem avançar, com a aprovação do Arcabouço Fiscal. ■

Greve na UESPI: unir trabalhadores das universidades públicas nacionalmente

O

Na Universidade Estadual do Piauí, os docentes decretaram greve por tempo indeterminado, a partir do dia 02 de janeiro.

A greve da estadual converge com os movimentos do funcionalismo de Piauí, que lutam contra um projeto de lei, PLC 09/2023, que busca modificar e atacar o estatuto do funcionalismo do estado, e por reajuste salarial, já que a defasagem em algumas categorias chega a 70%.

No caso da universidade, não há reajuste há dez anos, acumulando-se mais de 68% de perdas salariais. Além disso, o projeto de lei ataca a autonomia universitária, impondo aumento da carga horária obrigatória em sala de aula, com o objetivo de driblar a falta de professores, que se tem tornado crônica, sobretudo nas universidades estaduais, que vivem de contratações precárias de docentes.

Uma decisão da Justiça do Piauí decretou que qualquer greve do funcionalismo estadual seria ilegal, mesmo antes de iniciar a paralisação de fato, apenas anunciada para o início

de 2024. Entre os pontos da decisão, estão o corte de ponto, a multa à seção sindical do ANDES-SN, e a substituição dos grevistas por contratados.

A greve da UESPI é parte do movimento grevista que há alguns anos tem estourado, de forma isolada, em várias universidades estaduais, como o movimento grevista do ano passado nas estaduais do Paraná. Movimentos no Maranhão, Ceará, Bahia também ocorreram sempre apresentando a demanda do reajuste salarial, e dos ataques à autonomia universitária, por meio de diferentes imposições. Estes movimentos comprovam a necessidade objetiva de se erguer um movimento nacional em defesa do ensino superior público, já que as universidades federais também estão sendo atacadas por congelamento salarial e cortes em seus orçamentos. É uma mesma política expressa nas diferentes esferas da Administração pública, que sucateia as universidades, aumenta a exploração dos trabalhadores da educação e expulsa a juventude mais pobre, que vê os recursos para permanência estu-

dantil também reduzidos.

A direção do ANDES-SN olha estes movimentos como se fossem eventos isolados, "apoando" os grevistas, mas não organizando um movimento nacional para parar o trabalho e o estudo nas universidades estaduais e federal. Apenas um movimento de envergadura nacional pode modificar o curso de precarização e sucateamento das universidades, em um período em que os orçamentos são mais e mais direcionados para o pagamento dos juros das Dívidas Públicas, isto é, para o parasitismo financeiro.

É preciso unir todos os docentes e todos os trabalhadores e estudantes das universidades públicas em um único movimento nacional em defesa dos salários, das condições de trabalho, do aumento das verbas para o ensino superior, e contra as contrarreformas, que destroem direitos. Levantar nas assembleias as reivindicações gerais e os métodos da ação direta é fundamental para derrotar os governos e defender, de fato, a educação pública como direito para todos.

Genocídio na Faixa de Gaza: apoio incondicional aos palestinos em sua luta

Com três meses já de ofensiva do Estado sionista de Israel contra o povo palestino, podemos ver o tamanho da mortandade executada. A justificativa de "defesa" do Estado sionista atacado pela ação do Hamas é mais uma das desculpas que o imperialismo apresenta, quando quer dominar e assassinar os povos. Por detrás de Israel, comparecem os EUA, que buscam retomar seu controle político e econômico sobre toda a região do Oriente Médio. Utiliza-se das armas e da opressão sobre o povo palestino para isso.

Os mais de 2 milhões que vivem na Faixa de Gaza há três meses sofrem com todo tipo de violência, desde a falta de alimentos e água, passando pelo debastecimento geral, até os ataques militares que fazem de vítimas milhares de crianças, mulheres, homens e idosos.

A resistência do povo palestino, por meio de grupos como o Hamas, mostra a sua debilidade, tanto militar quanto política, mas também revela a sua luta contra a opressão vinda de um Estado criado artificialmente, o Estado de Israel, servindo como um enclave militar do imperialismo na região. Devemos nos colocar de forma incondicional ao lado dos palestinos e de sua resistência.

As manifestações multitudinárias que têm ocorrido em todo o Oriente Médio, mas também na Europa, nos EUA e nos demais continentes revela que as massas exploradas estão ao lado do povo palestino contra a ação genocida de Israel e dos EUA. Estas manifestações, assim como boicotes contra os governos, como vem ocorrendo em alguns países, demonstra

POR UMA
CAMPANHA
INTERNACIONALISTA
EM DEFESA
DOS PALESTINOS

também como as massas exploradas e oprimidas estão em atividade contra a política dos governos e dos capitalistas que as estrangulam com medidas econômicas, contrarreformas, corte nos orçamentos públicos, verbas para o setor bélico, que se expandem neste momento de crise mundial do capitalismo.

A solidariedade ativa ao povo palestino ocorre pela luta em cada um dos países, nas manifestações, nos boicotes contra as ações dos governos, na defesa incondicional da resistência palestina. Libertar o povo palestino depende de uma luta geral contra as frações imperialistas e seu poderoso capital financeiro, bem como uma luta geral pela revolução proletária e pela constituição dos Estados Unidos do Oriente Médio, estratégia para libertar, de forma definitiva, o povo palestino da opressão secular.